



As propostas sobre medidas provisórias foram debatidas na reunião de ontem da CCJ e enviadas à deliberação do plenário

Assassinato de índio pataxó revolta senadores

Falta de limites para os filhos, violência na programação das tevês, desrespeito aos mendigos, sentimentos de impunidade entre jovens das classes abastadas, falhas na assistência da Funai - estas foram algumas observações feitas pelos senadores, que se manifestaram indignados com o assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. **Página 5**

Melo e Simon debatem rumo da reforma agrária

A questão da reforma agrária foi tema de debate ontem no plenário do Senado. Se para Geraldo Melo o governo deve comandar o processo de mudanças no campo, Pedro Simon considera positiva a proposta de Fernando Henrique Cardoso de constituir comissão do governo com os sem-terra para encaminhar a reforma. **Página 6**

Chegam ao plenário novas regras para MPs

Matéria deve ser apreciada na sessão de hoje, que terá de examinar 20 emendas oferecidas na CCJ ao segundo substitutivo de Fogaça

O plenário do Senado deve votar hoje, em primeiro turno, alterações nas regras para edição e tramitação das medidas provisórias a partir de substitutivos dos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Josaphat Marinho (PFL-BA) a seis propostas de emenda à Constituição. A matéria não foi votada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por falta de número para deliberação. Por esse motivo, o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), determinou o envio, ao plenário, das

mais de 20 emendas oferecidas na CCJ ao segundo substitutivo de Fogaça.

Após o encerramento da reunião da CCJ, o senador Fogaça disse esperar que a matéria seja votada ainda hoje pelo plenário, até porque, conforme acentuou, essa é a vontade do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O relator admitiu que a sua proposta é polêmica e tem causado reações políticas.

- É uma matéria de importância institucional, mexe com a estrutura dos Poderes, não poderia ter sido avaliada

apressadamente - acrescentou.

José Fogaça disse que cabe ao plenário decidir se são conexos ou não os assuntos tratados nos arts. 62 (sobre medidas provisórias), 48 e 84 (atribuições do Congresso Nacional e do presidente da República) da Constituição Federal. A introdução, no substitutivo de Fogaça, de mudanças nesses dois últimos dispositivos provocou o questionamento do senador Josaphat Marinho, relator da Comissão Especial que examinou a regulamentação das medidas provisórias.

NESTA EDIÇÃO

BNDES pode tomar empréstimo de US\$ 300 milhões

Página 3

Ornelas sugere desconcentração da economia

Página 4

Emília defende seu projeto que veda uso de CFC

Página 4

Comissão de Fiscalização discute programa de trabalho do biênio

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, presidida pelo senador João Rocha (PFL-TO), reuniu-se ontem para analisar o programa de trabalho do órgão durante o biênio 97/98. Discutiu-se ainda a fixação do dia e do horário para as reuniões ordinárias da CFC, porém a decisão sobre o assunto deverá ser anunciada na próxima terça-feira (dia 29), segundo a assessoria da comissão.

O senador João Rocha disse



João Rocha e Onofre Quinan na reunião de ontem da CFC que com o programa em discussão "pretende dar organicidade aos trabalhos e tornar efetiva a atuação da CFC em relação às demais comissões permanentes da Casa".

Senado presta hoje homenagem a Pixinguinha

A primeira hora da sessão de hoje do Senado será dedicada a homenagear o compositor e cantor Alfredo da Rocha Viana Júnior, o Pixinguinha, pelo centenário de seu nascimento.

Discursarão os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Abdias Nascimento (PDT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

(Obs.: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear o centenário de nascimento de Alfredo da Rocha Viana Júnior, o Pixinguinha - Oradores: Artur da Távola, Benedita da Silva, Abdias Nascimento, Eduardo Suplicy e Ramez Tebet).

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: *Substitutivo ao PLS nº 207/95, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal; *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural; e votação em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados na iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos; e *PLC nº 05/97, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 23/95 (não terminativo) (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 176 e 180/96), que institui a dedução na declaração anual de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos; e *PLS nº 126/95 (terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS, da Caixa Econômica Federal. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Evandro Lins e Silva, que fará exposição sobre a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; *PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite;

e *PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor da empresa Boasafra, Fausto Solano Pereira; do diretor da IBF Factoring, Ibrahim Borges Filho; do diretor da Split, Enrico Picciotto, dos ex-office boys da Split, Alex Sandro Sá Teles dos Santos e Sandro Luís Cipriano. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

ESPECIAL

9h às 13h - Seminário Internacional sobre a Previdência

Pauta: A experiência internacional. Auditório Patrônio Portella

14h30 às 18h30 - Seminário Internacional sobre a Previdência

Pauta: Desafios da Seguridade Social no Brasil. Auditório Patrônio Portella

PREVISÃO PARA OS PRÓXIMOS DIAS

PLENÁRIO

Quinta-feira (24.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.

Sexta-feira (25.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão, em turno único, da *PEC nº 4/97, que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

COMISSÕES

Quinta-feira (24.04.97)

10h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 309/95 (terminativo), que altera o inciso II do art. 20 da Lei nº 8.036/90, a fim de permitir ao empregado a movimentação de sua conta vinculada no FGTS, quando da declaração judicial da falência da empresa; *PLS nº 23/95 (não terminativo, tramitando em conjunto com os PLSs nº 176 e 180/96), que institui a dedução na declaração anual de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos; *Emendas da Câmara dos Deputados ao PLS nº 10/92 (não terminativo), que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário; e *PLS nº 126/95 (terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS, da Caixa Econômica Federal. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor do Banco Bradesco S.A., Katsumi Kihara; e dos diretores da Arjel, Augusto Cesar Falcão de Queiroz, José Roberto Barbosa Peçanha, Antônio da Cunha Vilas Boas e Luiz Antônio Mora. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, visitou ontem a Comissão de Assuntos Econômicos

Plenário autoriza empréstimo para a modernização do parque produtivo

União garantirá o financiamento, que faz parte de um programa de quatro anos destinado a repassar US\$ 600 milhões a empresas nacionais

O BNDES poderá tomar financiamento do Banco de Importação e Exportação do Japão, no valor de US\$ 300 milhões, para repassar a empresas brasileiras, dentro do seu programa de modernização do parque produtivo do país. A autorização para o empréstimo foi dada ontem pelo plenário do Senado. A União garantirá



Ramez Tebet

o financiamento junto ao banco japonês.

Conforme o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator do pedido do governo para tomar o empréstimo, esses US\$ 300 milhões fazem parte de um programa de quatro anos, que repassará ao todo US\$ 600 milhões às empresas nacionais. A outra parte será financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Bahia terá US\$ 100 milhões do Banco Mundial

O plenário do Senado aprovou ontem autorização para o governo da Bahia tomar empréstimo de US\$ 100 milhões do Banco Mundial, com garantia da União, os quais se destinam ao financiamento parcial do projeto de gerenciamento e desenvolvimento da infra-estrutura municipal do estado. O governo baiano entrará com outros US\$ 100 milhões para bancar o projeto. Conforme o relator da mensagem presidencial, Waldeck Ornelas (PFL-BA), o projeto financiará programas de desenvolvimento administrativo das prefeituras, planejamento urbano, treinamento de pessoal, entre outras ações.

Osmar considera "escândalo" dinheiro obtido pela Renault

Osmar Dias (PSDB-PR) classificou, ontem, como "um escândalo" o empréstimo que o governo do Paraná acertou com a Renault do Brasil para instalar, no estado, uma fábrica de automóveis da montadora francesa.

A Renault publicou no Diário Oficial do Paraná que firmou um protocolo com o Fundo de Desenvolvimento Econômico do estado do Paraná para receber recursos, a título de empréstimo, com prazo de vencimento em dez



Osmar Dias

anos, sem juros ou atualização monetária - informou o senador.

"A Renault está recebendo a fábrica de graça", disse Osmar Dias. Para ele, se houver inflação nos próximos dez anos a

montadora francesa não pagará qualquer correção monetária. O senador informou que pretende evitar a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, de pedido do governo do Paraná sobre endividamento, por não concordar com o empréstimo.

CAE aprova socorro da Caixa ao Credireal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou ontem contrato entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o estado de Minas Gerais, destinado à capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal). A matéria deve ser votada ainda pelo plenário.

Antes da votação, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o secretário de Fazenda de Minas Gerais, João Heraldo Lima, defenderam o acordo, que faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Durante os trabalhos de ontem, a CAE recebeu a visita do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

A CAE aprovou também duas solicitações de empréstimos: uma do governo do Rio Grande do Norte junto ao Bird, no valor de US\$ 24 milhões, para a implementação do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor do estado, e outra do governo do Piauí, de US\$ 30 milhões, junto ao BID, destinados ao Projeto de Combate à Pobreza Rural do estado.

Ainda ontem, a Comissão aprovou parecer favorável do senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) a projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar estoques de alimentos. Por sugestão do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a CAE aprovou o envio do projeto de lei do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Atividade Rural, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Waldeck busca desenvolvimento integrado

Ele condena o assistencialismo e defende uma infra-estrutura nacional capaz de assegurar condições iguais de competitividade às diversas regiões, especialmente ao Nordeste



Emília Fernandes

Emília defende fim da produção de CFC no país

Autora do projeto de lei que estabelece o prazo de quatro anos para a suspensão integral da produção, utilização e comercialização de compostos químicos com clorofluorcarbonos (CFC), a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) disse ontem que o projeto representa importante medida de controle para deter a redução da camada de ozônio.

O projeto foi aprovado, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais, e a senadora espera que a matéria também tenha uma tramitação ágil na Câmara, para onde foi enviada.

Na proposta aprovada, os compostos químicos com CFC continuarão a ser utilizados normalmente durante um ano após a promulgação da lei. Depois dele, a produção deverá ser reduzida à ordem de 25% ao ano, até ser extinta, quatro anos após. As empresas produtoras, por sua vez, deverão ser cadastradas e fiscalizadas por órgão federal de controle sobre o meio ambiente e ficarão sujeitas a multas de até 10 mil unidades fiscais de referência.

Segundo Emília, os medicamentos foram excluídos da lei porque aqueles que utilizam aerossóis representam um volume irrisório no total de produtos com CFC.

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) afirmou ontem que o governo precisa adotar uma política de desenvolvimento integrado para o Brasil, a fim de que o Nordeste se iguale com as demais regiões do país, e disse que é necessária uma infra-estrutura nacional, capaz de assegurar condições iguais de competitividade.

- O que se quer não é assistencialismo nem clientelismo. É, sim, uma política de base econômica, produtiva, para gerar emprego, elevar a renda e proporcionar bem-estar à população - observou Ornelas, para quem é preciso que o Brasil comece logo uma política de desconcentração econômica, por meio de "uma infra-estrutura que viria de todos os níveis de ensino e dos centros de pesquisas e criaria uma base sólida de desenvolvimento para o Brasil".

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiou a tese da necessidade de políticas de incentivos aos estados mais pobres, como forma de combater a desigualdade regional.



Waldeck Ornelas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou temor pelo processo de privatização adotado pelo governo, que, "preocupado com a venda de estatais", estaria deixando em segundo plano "estados e regiões menos favorecidos".

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse que o Brasil não vai ser um país de primeiro mundo enquanto o governo não estabelecer uma política efetiva para o desenvolvimento regional integrado.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) falou da necessidade de uma política para o desenvolvimento integrado e de se criar uma "comissão de desenvolvimento regional".

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) disse que a irrigação é "fundamental e vital" para o Nordeste, e lamentou que projetos para o setor não tenham prioridade no governo federal.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o governo tem ações importantes, mas carece de uma política de desenvolvimento regional.



Marina Silva

Marina ressalta trabalho em favor dos índios

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou ontem que a Polícia Federal e a Funai estão sofrendo uma campanha, inclusive por atos da juíza de Benjamim Constant, que objetiva abrir a área agora protegida, para que continuem as ações ilegais na região do Vale do Javari, habitado por vários grupos indígenas.

Marina elogiou o trabalho da Polícia Federal e do sertanista Sidney Possuelo, que, em sua opinião, têm impedido a extinção dos índios, e disse que o chefe do Departamento de Índios Isolados foi ameaçado de morte e que os madeiros são incentivados, por políticos locais, a invadir áreas indígenas.

A senadora informou que, recentemente, o deputado Euler Ribeiro (PFL-MA) organizou uma visita à Frente de Contato Vale do Javari, levando alguns prefeitos, vereadores, autoridades regionais, entre elas, o Bispo da Diocese do Alto Solimões, Aleimar Magalhães, irmão de um dos maiores madeiros da região.

Essa comissão, segundo Marina Silva, apresentou ao Ministério da Justiça e à própria Funai sua visão cheia de inverdades, na tentativa de transformar em bandidos os funcionários da FUNAI que, apesar dos riscos, continuam a defender os povos indígenas.

Na presidência dos trabalhos, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou o trabalho de Sidney Possuelo, destacando a competência do sertanista.

Para Arruda, Brasília é símbolo de um novo país

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou ontem que a construção de Brasília foi o marco da interiorização do desenvolvimento, salientando que, antes de Brasília, o Brasil era um país literalmente litorâneo.

- Muito mais do que a capital política e administrativa, Brasília foi o símbolo de um novo mapa econômico do país", garantiu.

José Roberto Arruda disse que a importância de Brasília não é apenas histórica e nem em razão do seu projeto urbanístico e arquitetô-

nico. A seu ver, Brasília abriu as portas da Amazônia, do Pantanal e do cerrado, promovendo a interiorização do progresso. O senador apontou a construção de novas estradas e hidrelétricas como outros benefícios trazidos por Brasília.

Ao invocar o papel desempenhado pelos pioneiros, José Roberto Arruda afirmou que a missão dos que vivem hoje na capital federal é transformá-la num pólo irradiador do desenvolvimento econômico do Centro-Oeste, tal como defendia Juscelino Kubitschek.

VIOÊNCIA CONTRA ÍNDIO

Assassinato de pataxó revolta senadores

O assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que teve o corpo incendiado quando dormia numa parada de ônibus da cidade, na madrugada de domingo, provocou indignação no plenário do Senado. O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), citou a ausência de limites para os filhos, na família, e a falta de educação

humanística na escola. Romero Jucá (PFL-RR) pediu maior atenção da Funai com os índios. Benedita da Silva (PT-RJ) e Sebastião Rocha (PDT-AP) consideraram o crime como resultante do fosso que separa as classes sociais. Valmir Campelo (PTB-DF) cobrou engajamento da mídia no combate à violência.

Para Romero Jucá, crime depõe contra Brasília e contra todos nós

Romero Jucá afirmou que o assassinato do índio pataxó depõe contra a humanidade, contra Brasília e contra todos nós. O senador pediu mais atenção da Funai para com os índios, especialmente quando da presença deles em Brasília.

Jucá destacou entrevista de Vera Moretti, ex-bancária e dona da pensão, na qual o índio Galdino se hospedou. Em entrevista pu-

blicada pelo jornal *O Globo*, ela afirma que o índio morreu porque estava embriagado.



Romero Jucá

Segundo o senador, dona Vera "demonstra que não está preparada para receber índios nem tratar da questão indígena". Romero Jucá disse que o assassinato do índio pataxó trouxe a público outra questão que é muito grave: queimam-se mendigos no Brasil.

Valmir pede campanha contra a banalização da violência

Ao manifestar ontem sua indignação com "a banalidade, a gratuidade do ato" praticado por cinco jovens brasileiros de classe média, que atearam fogo a um índio pataxó adormecido, o senador Valmir Campelo cobrou da mídia, principalmente a eletrônica, "mais engajamento no combate à violência".



Valmir

- É preciso criar, inventar, ter a coragem de produzir uma programação de TV voltada para a disseminação dos princípios de solidariedade - enfatizou.

Para o senador, a juventude está saturada de violência porque consome violência. "um fenômeno que não é brasileiro ou brasileiro, mas mundial".

Rocha culpa o sentimento de impunidade entre jovens ricos

"Os jovens que assassinaram o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, em Brasília, tinham idéia de que poderiam ficar impunes", afirmou em plenário Sebastião Rocha. Depois de repudiar o crime, o senador afirmou que o assassinato "resulta do fosso que separa as classes sociais no Brasil. O fosso que



Sebastião Rocha

separa a elite dos pobres". A imprensa noticiou que dois crimes idênticos, contra mendigos, aconteceram todo mês em São Paulo - lamentou o senador. Para Sebastião Rocha, "infelizmente, o governo federal não cumpre a lei, e a demarcação e a legalização de reservas indígenas têm ficado apenas na retórica".

Benedita lamenta apartheid social que exclui os pobres

"O crime cometido contra o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, indicador inequívoco do aumento das tensões sociais no país, é emblemático do apartheid que exclui os pobres e suscita um sentimento de separação por parte da classe média", disse ontem a senadora Benedita da Silva.

Ela manifestou-se convicta de que a agressão "foi um ato muito mais terrível, porque foi um ato de violência gra-

tuita contra um pobre marginalizado, um excluído". Benedita cumprimentou o presidente da República por ter exigido rigor na punição dos criminosos.

Segundo Benedita, embora os índios tenham conquistado seus direitos com a Carta de 1988, a maior parte dessas prerrogativas continua no papel e estatísticas revelam o aumento da violência contra índios.



Benedita

Falta de educação humanística preocupa Arruda

O senador José Roberto Arruda condenou o crime praticado por cinco jovens de Brasília contra o índio pataxó. "Qual é o câncer da nossa sociedade que faz com que jovens, que tiveram a oportunidade de estudar, integrantes de famílias bem si-

tuadas, cometam um crime como esse?", indagou.

Segundo o senador, 32 jovens participantes de uma reunião realizada no dia 21 opinaram que "uma certa classe média alta brasileira se sente, ainda que inconscientemente, à sombra da

impunidade". Segundo o senador, esses jovens entendem que as famílias não estão estabelecendo limites claros para eles, enquanto os colégios transmitem uma visão material da vida e se esquecem de oferecer uma educação mais humanística.



José Roberto Arruda

REFORMA AGRÁRIA

Melo conclama governo a comandar o processo

Para senador, todos podem reivindicar mudanças na estrutura fundiária, mas na hora de realizar o projeto, é preciso que o Executivo discuta, aprove, comande e lidere a implantação

Lauro reage a comentário de Arnaldo Jabor

Em resposta ao jornalista Arnaldo Jabor, que criticou no *Jornal Nacional*, da TV Globo, de quinta-feira passada (dia 17), os parlamentares que "aderiram como carrapatos" à marcha dos trabalhadores sem-terra, Lauro Campos (PT-DF) leu ontem, em plenário, texto intitulado "De Carrapatos e de Pessoas", de sua autoria. No texto, o senador diz que "o grande perigo que corre a sociedade brasileira, dominada pela mídia oficial e pela inconsciência, é o da promoção da mentira, da covardia e do cinismo".

Ele se referiu a Jabor como "ex-intelectual, ex-jornalista, ex-esquerdista e ex-digno", e disse que, nos últimos dez anos, superaram 850 os trabalhadores que caíram "sob as balas dos jagunços a soldo dos amigos e simpatizantes de Arnaldo Jabor".

Tendo participado da marcha dos sem-terra, Lauro afirmou que foi um dos "carrapatos" mencionados por Jabor. E acrescentou: "Eu fui o carrapato mais votado em Brasília nas últimas eleições, e estou com 68 anos de uma vida que sei digna".

O senador também manifestou sua repulsa contra os cinco jovens da classe média de Brasília que assassinaram Galdino Jesus dos Santos, o índio pataxó queimado enquanto dormia num ponto de ônibus. Em apertados, Eduardo Suplicy (PT-SP), Ademir Andrade (PSB-PA), Marina Silva (PT-AC) e Romeu Tuma (PFL-SP) se solidarizaram com Lauro Campos.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) apelou ontem ao governo para que comande o processo de reforma agrária, que ele considera necessário, e disse que "a questão não pode ser tratada nem como uma religião, nem como um movimento político, nem como um movimento de desorganização da sociedade brasileira".

A reforma agrária, para os que a defendem, como eu, é um instrumento para que a vida do povo brasileiro melhore. A reforma agrária sempre foi feita obedecendo a um programa, claramente definido, um pro-

jeto nacional com o comando do governo. Nunca se conseguiu fazer reforma agrária, em parte alguma, sem essa participação governamental - afirmou.

Para Geraldo Melo, todos podem reivindicar, lutar pela reforma agrária, mas na hora de realizar esse projeto, é preciso que o governo discuta, aprove, comande e lidere a sua implantação.

O senador disse que "a sociedade brasileira não pode ser submetida à dúvida que um

processo sem comando poderia provocar". E explicou: "Uma coisa é provocar alterações, por mais legítimas que elas sejam na vida da sociedade. Outra coisa é realizar um programa que tenha cabeça, tronco e membros, começo meio e fim".

Finalmente, Melo lembrou que o trabalhador sem-terra de hoje deverá ser o pequeno produtor rural de amanhã. Em aparte, o senador Elcio Alves (PFL-ES) apoiou o discurso de Geraldo Melo.

Simon julga positiva proposta de FHC

Contra todas as avaliações feitas pela imprensa de que a reunião do presidente com os sem-terra foi improdutiva, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que a proposta de Fernando Henrique Cardoso, de constituir comissão do governo

com os sem-terra para encaminhar a reforma agrária, "foi muito positiva". O senador fez

um apelo aos trabalhadores rurais para que aceitem a proposta.

Simon também contestou a posição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que frisou a necessidade de o Movimento dos Sem-Terra (MST) restringir suas ações ao arcabouço legal. Para o senador gaúcho, mais do que condenar as invasões de terras, o Senado deve trabalhar para que a Constituição seja cumprida nos capítulos em que ela garante a igualdade de acesso aos serviços públicos de saúde e educação e o direito a um salário mínimo que

de fato permita a sobrevivência de uma família.

Em aparte, Geraldo Melo reiterou que o MST, como vanguarda, está cumprindo seu papel. O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), assegurou que a base de sustentação do governo no Congresso também apóia a comissão proposta por FHC. Lauro Campos (PT-DF), por sua vez, lembrou que, não fossem as naturais mudanças na ordem jurídica, a própria burguesia jamais teria saído da clandestinidade a que foi relegada pela aristocracia medieval.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Requião não acredita que Supremo vá conceder liminar a empresário

O relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), disse ontem não acreditar que o Supremo Tribunal Federal conceda liminar solicitada em *habeas corpus* por Fausto Solano Pereira, dono da corretora Boasafra, para não depor hoje no Senado.

Junto com Ibrahim Borges Filho (IBF Factoring) e Enrico Pic-

cioto (Split), Fausto Solano está convocado para depor às 17h, na CPI dos Precatórios, quando será acareado com Alex Sandro Sá Teles e Sandro Luiz Cipriano, ex-men-



Requião

sageiros da corretora Split.

Para não comparecer ao depoimento, ele impetrou *habeas corpus* junto ao STF, alegando constrangimento e restrição à sua liberdade de ir e vir. O pedido foi distribuído para o ministro Maurício Corrêa, o qual deixou para decidir hoje se concede a liminar solicitada.



Lauro



Geraldo Melo



Pedro Simon

Flaviano defende o controle das atividades das ONGs no país

Organização não-governamental Selvaviva estaria praticando pirataria genética em áreas indígenas, conforme denuncia o senador

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) cobrou do governo federal medidas capazes de controlar as atividades no país das organizações não-governamentais (ONGs). A seu ver, uma legislação que regulamentar a atuação desses organismos facilitará o trabalho dos que prestam bons serviços à comunidade.

Na opinião do senador, esse não é o caso da ONG Selvaviva, "dirigida por um austríaco naturalizado brasileiro, chamado Ruediger Von Reninghaus, com residência em São Paulo, e que, segundo denúncia feita por autoridades de Rio



Flaviano Melo

Branco, estaria praticando pirataria genética no Acre, na região do Vale do Juruá, nas áreas dos índios Caxinawa, Kaatukina e Poyanawa".

Conforme as denúncias trazidas por Flaviano Melo, a organização estaria cadastrando

plantas, frutos, cascas, resinas e outros produtos utilizados na medicina indígena, e oferecendo essas informações a laboratórios farmacêuticos multinacionais, como Johnson & Johnson, Hoechst, Bayer, Ciba-Geigy, Sandoz e Lilly, que, por sua vez, subvencionariam o trabalho da Selvaviva.

Flaviano Melo entende que as organizações não-governamentais devem ter tratamento semelhante ao dado às entidades sem fins lucrativos e receber severa fiscalização sobre as atividades que desenvolvem em território nacional.



José Ignácio Ferreira

Ignácio propõe uso do FGTS para custear universidade

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto que permite ao trabalhador movimentar sua conta vinculada do FGTS para o pagamento de curso universitário de graduação por um prazo máximo de cinco anos, em universidades reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Para usufruir esses benefícios, o trabalhador deve estar sob o regime do FGTS há pelo menos três anos e comprovar que não dispõe de meios financeiros próprios ou familiares para fazer face ao custeio do curso universitário. Além disso, deverá ter bom desempenho acadêmico.

José Ignácio Ferreira disse que o projeto é oportuno, em razão das notórias dificuldades enfrentadas por muitos estudantes para custear seus cursos em universidades privadas. A seu ver, os estudantes pertencentes aos extratos de renda mais elevados tendem a cursar universidades públicas, enquanto os mais carentes são compelidos a ingressar em universidades particulares, em virtude do ensino menos qualificado que, de modo geral, receberam nas escolas públicas de primeiro e segundo graus.

O senador destacou, também, "que o Programa de Crédito Educativo, embora destinado a custear estudos universitários de alunos carentes, não tem sido capaz de suprir a elevada demanda de estudantes que precisam de apoio financeiro para cursarem instituições de ensino superior".

Plenário rejeita urgência para decisão sobre a Vale

Por 33 votos a favor, 11 contra e 2 abstenções, o plenário rejeitou ontem apreciação de requerimento de urgência para colocar em pauta, também em urgência, projeto submetendo a privatização da Vale do Rio Doce à apreciação do Senado.

A votação foi requerida pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), contestando decisão da Mesa, presidida pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), de que o requerimento não poderia ser apreciado porque outro, de mesmo teor, já o fora nessa sessão legislativa.

O presidente Antonio Carlos Magalhães endossou a decisão de Geraldo Melo e lembrou que, pelo regimento, matéria do mesmo teor só pode voltar a ser apreciada com o apoio da maioria do Congresso, e determinou o envio do requerimento à Comissão de Constituição e Justiça.

Carlos Bezerra quer ampliar direito de desistência de compra

O consumidor brasileiro terá até sete dias para desistir de compra feita em estabelecimento comercial, caso aprovado projeto de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). A medida estende direitos já previstos no Código de Defesa do Consumidor a casos de aquisições feitas por telefone ou a domicílio.

A norma vigente considera que as compras feitas fora de estabelecimentos comerciais podem ser induzidas e o consumidor levado a assinar contratos sem a necessária reflexão. Segundo Carlos Bezerra, esses mesmos argumentos devem beneficiar os que fazem suas compras em lojas, já que funcionários bem treinados, aplicando modernas técnicas de convencimento, levam os consumidores, especialmente os mais humildes, a comprar impulsivamente.



Carlos Bezerra

A diversificação de produtos e serviços disponíveis no mercado, com emprego de avançadas tecnologias, torna-os extremamente atrativos aos consumidores, exercendo forte impacto sobre o seu comportamento, aguçando seus desejos, constituindo verdadeira "tentação" para o consumo - afirma o senador. Por essas razões, Carlos Bezerra entende que um prazo de reflexão deve ser assegurado em todos os casos pelo Código de Defesa do Consumidor.



Joel de Hollanda

Hollanda destaca atuação do INSS em Pernambuco

O desempenho do INSS em Pernambuco foi elogiado pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que destacou o "estímulo ao progresso gerencial das unidades administrativas daquela superintendência, por meio de uma emulação saudável e construtiva".

O INSS em Pernambuco, sob a direção do dr. José Tinoco de Albuquerque, fez por onde merecer, ao figurar entre as melhores superintendências do Brasil. A área do seguro social, por exemplo, apresentou números expressivos: o posto de Caruaru figura na primeira posição entre todos os postos do Seguro Social do país. O posto do município de Afogados, segundo colocado na classificação estadual, aparece na relação nacional como quinto colocado - acrescentou.

Hollanda disse que vários fatores contribuíram para tal desempenho: a informatização das atividades de perícia médica, de serviço social e de reabilitação profissional, e a implantação de uma central de informações, onde o segurado poderá marcar suas consultas.

Campos sugere prioridade à política social de saúde

Senador defende a intensificação de programas de assistência materno-infantil e reconhece avanço nas iniciativas governamentais

Prioridade para a política social de saúde e intensificação de programas de assistência materno-infantil foi o que pediu ao governo federal o senador Júlio Campos (PFL-MT). Ele disse que a redução significativa da mortalidade e da morbidade maternas no Brasil somente ocorrerá quando "houver melhoria das condições gerais de saúde, de alimentação, de educação, enfim, das condições de vida das nossas mulheres".



Júlio Campos

Júlio Campos lembrou o plano lançado pelo Ministério da Saúde com o objetivo de reduzir o número de mortes de gestantes no país, e afirmou que a campanha, veiculada nos meios de comunicação, alerta-

va para a necessidade do acompanhamento médico durante o pré-natal e da importância da ida regular aos postos de saúde, durante a gestação.

- Seria injusto não registrar o fato de que as autoridades da área de saúde vêm tomando providências para melhorar os serviços de atendimento à mulher nos últimos tempos. Mas, apesar de a taxa de mortalidade estar diminuindo no país, a queda tem sido muito lenta - ressaltou.

Alcântara propõe medida para impedir a venda de medicamentos gratuitos

Os rótulos dos medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde, para atender programas do órgão ou hospitais da rede pública, deverão ter impressa a expressão "distribuição gratuita", em caracteres do mesmo tamanho dos utilizados para o nome do remédio, se aprovado projeto apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Ao justificar a proposição, o senador lembra que a Central de Medicamen-

tos (Ceme) acabou desmoralizada pela "inépcia pública associada com o oportunismo desonesto de muitos", quando, por incapacidade de elaborar uma simples relação anual dos quantitativos dos medicamentos necessários por área de jurisdição, provocou, ao fim de um certo período, o desperdício de quase 50% de toda a sua produção.

Conforme Lúcio Alcântara, esse acúmulo de medicamentos guardados em almoxarifados da estatal fez surgir o interesse de pessoas estra-



Lúcio Alcântara

nhas ao meio, que, organizando-se em bandos, passaram a vender os remédios a preços competitivos. A inscrição proposta por ele nas embalagens dos produtos evitaria, a seu ver, a ocorrência de fatos semelhantes.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, CARLOS PATROCÍNIO, ROMEU TUMA E PELA SENADORA JÚNIA MARISE

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sergio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.